

Análise Da Participação De Micro E Pequenas Empresas Regionais Em Pregões Compartilhados: Um Estudo No IFRO

Lídia Verônica Peralta¹, Caio Peixoto Chain²

¹Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro, Brasil

²Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro, Brasil

Resumo:

As Micro e Pequenas Empresas - MPEs (ME – microempresas, EPP – empresas de pequeno porte e MEI – microempreendedor individual) exercem um importante fator para o crescimento não apenas regional, mas nacional, tanto pela sua representatividade quanto pela sua capacidade na geração de ocupação e renda, e para tanto, a experiência internacional indica a necessidade da utilização do poder de compra pelo poder público para incentivar o crescimento e estabilização destas. O presente trabalho buscou analisar a participação de MPEs regionais nos processos de pregões eletrônicos compartilhados do Instituto Federal de Rondônia – IFRO, no período de 2021 a 2023. As respostas do estudo foram obtidas por meio de pesquisa aplicada, caracterizada como estudo de caso, tipologia exploratória-descritiva, de abordagem mista quali-quantitativa. Foi utilizado o método misto, com abordagem sequencial, denominado projeto explanatório. Os dados foram coletados de documentos e bancos de dados, analisados com técnicas de estatística descritiva e posteriormente utilizando-se ferramentas analíticas através da estratégia descritiva. A relevância do estudo está em contribuir para o desenvolvimento nacional sustentável, bem como o desenvolvimento regional através das compras públicas como política para o desenvolvimento local. A base de sustentação da pesquisa traz a legislação aplicada às licitações e a Teoria do Desenvolvimento Endógeno. O estudo confirmou o pressuposto de que é baixa a participação das MPEs nos pregões compartilhados do IFRO e que o sucesso das MPEs regionais se dá em alguns objetos específicos, principalmente aqueles que pela distância se torna inviável ou desinteressante o fornecimento destes por MPEs de fora do estado. Conclui-se, portanto, que para a proposição da utilização das compras públicas como instrumento de políticas públicas, ainda há um longo caminho a seguir, não cabendo apenas um estabelecimento jurídico, mas sendo importante criar um entorno institucional, econômico, social, político e cultural para impulsionar o desenvolvimento do potencial regional. Este trabalho traz como limitações da pesquisa, além da análise de uma única organização da administração pública federal, dentro de uma região específica, o fato de as análises terem sido realizadas sem consultas diretas às MPEs regionais.

Contexto: As compras públicas tem forte relação com a ação do Estado na dinâmica de dinamizar a economia nacional, vez que movimentam recursos que representam parcela significativa do PIB brasileiro, sendo que cada Estado possui uma dinâmica na regulamentação de contratações dentre princípios e procedimentos para a gestão de compras governamentais (Chaves et al, 2019).

A grandeza desses valores traz à tona a discussão a respeito da utilização das compras públicas para além do fim primário, que seria o de viabilizar o abastecimento direto dos órgãos públicos e a oferta de serviços públicos diretamente relacionadas ao objeto contratado, utilizando também com um fim derivado, como instrumento indireto de políticas públicas. A função primária se fundamenta nos valores de isonomia, competição e eficiência (que no Brasil ainda é pautada pelo princípio da economicidade e menor preço), a função derivada tem como principal embasamento valores distributivos e de equidade material (Zago, 2018).

Materiais e Métodos: No período delimitado pela pesquisa, foram homologados pelo IFRO um total de 128 pregões eletrônicos compartilhados, com 1232 MPEs participantes. Para chegar ao resultado de quantas destas seriam MPEs regionais, criou-se um banco de dados a partir da relação de empresas de Rondônia por município, que possuem cadastro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação em licitações eletrônicas federais, foi encontrado um total 3.763 MPEs, excetuando-se as empresas do município de Cacoal e Alto Alegre dos Parecis que na busca retornaram erro e a partir dos dados primários obtidos na Receita Federal do Brasil – RFB, chegou-se a uma lista com um quantitativo de 219.038 MPEs em atividade no estado de Rondônia no ano de 2020. Realizando-se um cruzamento de dados, obteve-se um quantitativo de 206 MPEs regionais participantes.

Resultados: Do total de 206 MPEs regionais participantes, um quantitativo de 133 MPEs regionais se sagraram vencedoras em algum certame, um percentual de 54,56%. Desses relatórios foi realizada a análise do quantitativo de participação e sucesso, com relação ao total de MPEs participantes. Em 2021 a participação foi de 16,25% e o percentual de sucesso foi de 9,18%, em 2022, 18,72% de participação e 14,47% de sucesso e em 2023, 15,17%

de participação e 11,38 de sucesso na participação de MPEs regionais. Foi realizada também uma análise do sucesso da participação das MPEs regionais de acordo com o objeto licitado.

Palavras-chave: *Compras Públicas. Desenvolvimento Regional. Micro e Pequenas Empresas. Base de Dados Técnico-Científica.*

Date of Submission: 22-03-2025

Date of Acceptance: 02-04-2025

I. Introdução

As contratações governamentais de bens e serviços tem sua importância demonstrada por diversos aspectos, principalmente pelo montante envolvido e sua importância para a economia dos países. Em 2015, as compras públicas corresponderam a uma média de 13,8% do produto interno bruto (PIB) nos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Não há um consenso quanto aos dados em relação ao Brasil, pois há divergência nos números apresentados, no entanto, o painel de compras do Governo Federal apresenta um montante de mais de R\$ 47 bilhões em bens e serviços que foram adquiridos no ano de 2017 (Costa, 2019).

Apesar da falta de consenso entre os números, observando dados apresentados no Painel de Compras do Governo Federal, plataforma criada pelo Ministério do Planejamento, pode se afirmar que no Brasil, os montantes de recursos envolvidos em compras públicas também são expressivos e representam parcela significativa do PIB (Cavalcante, 2020).

As aquisições de bens e serviços realizadas pelo Estado com o objetivo de manter o funcionamento da máquina pública, viabilizar políticas e atender a demandas sociais, afetam substancialmente as despesas públicas, devido ao grande volume de capital movimentado (Chaves et al, 2019).

Chapuis e Gomes (2020) alude que Drumond et al. (2012), Jacoby Fernandes (2013), Caldas e Nonato (2014), consideram válidas as iniciativas governamentais que, direcionadas por princípios de sustentabilidade, tem como objetivo desenvolver economicamente uma região utilizando o poder de compra dos órgãos públicos como estratégia para adquirir produtos e contratar serviços com o comércio e produção local, o que as leis brasileiras não apenas permitem como também encorajam.

Contratar com um fornecedor sediado na região/local, mesmo por um preço maior, pode ser mais vantajoso que um preço menor de um fornecedor de fora. Estimular a economia local contribui para a criação de empregos, aumenta a arrecadação, impulsiona o desenvolvimento regional e, geralmente, demanda tempos de resposta e manutenção inferior, além de mais atenção e melhor qualidade no atendimento. Portanto, priorizar a contratação de fornecedores locais e regionais é fundamental e constitui uma estratégia que merece ser estudada, valorizada e aplicada pelos gestores. (Soares, 2021)

Este artigo é resultado da pesquisa de dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no curso de Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, intitulada Desenvolvimento de uma base de dados técnico-científica para incentivar a participação de micro e pequenas empresas (MPEs) regionais em processos licitatórios do IFRO.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

II. Materiais E Métodos

Este estudo foi realizado utilizando-se os pregões compartilhados do Instituto Federal de Rondônia, nos anos de 2021 a 2023 e bancos de dados contendo informações de MPEs regionais, realizando cruzamento desses dados para observar a participação dessas empresas nos certames licitatórios da instituição.

Forma de estudo: Métrica estudo de caso, análise quantitativa e qualitativa com abordagem sequencial, utilizando estatística descritiva.

Local do estudo: Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Rondônia.

Duração do estudo: Maio de 2023 a Janeiro de 2025.

Metodologia do procedimento

Para a coleta de dados, foi utilizada a pesquisa bibliográfica como apoio e na construção do embasamento teórico: licitações, legislação pertinente, desenvolvimento regional e a dinâmica das MPEs em geral; a pesquisa documental, a partir dos processos licitatórios do IFRO, sendo feito o recorte dos pregões compartilhados lançados nos anos 2021, 2022 e 2023 e que foram homologados até a data do levantamento. Além disso, a presente pesquisa incorpora a utilização da base de dados da Receita Federal do Brasil, concernentes as empresas localizadas no estado de Rondônia, como parte de sua abordagem mista. Enquanto a pesquisa bibliográfica e documental fornece

um contexto relevante e dados específicos dos processos licitatórios do IFRO, a base de dados traz informações das empresas regionais. Portanto, a coleta de dados foi realizada de forma abrangente, combinando dados quantitativos e qualitativos para proporcionar uma visão abrangente do tema.

Os dados documentais foram obtidos a partir de consultas ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI do IFRO (onde ficam armazenados os processos de aquisição), a API de Compras Governamentais, sistema de Compras Governamentais, sites do Governo Federal e ao Banco de CNPJ da Receita Federal do Brasil. Essas consultas foram realizadas com duas finalidades: fazer um levantamento da participação das MPEs regionais nos pregões compartilhados do IFRO e obter dados das MPEs do Brasil e do estado de Rondônia.

A primeira consulta foi realizada em planilhas utilizadas pelo IFRO onde ficam registrados todos os pregões realizados durante o ano, excluiu-se então os que não se caracterizaram como pregões compartilhados (aqueles com mais de uma unidade participante). Posteriormente, esses certames foram consultados individualmente no sistema Comprasnet, gerando o relatório denominado "Declarações" onde contém o nome, CNPJ e porte das empresas participantes. Concomitantemente foi realizada pesquisa na API de Compras Governamentais, na página https://compras.dados.gov.br/fornecedores/v1/fornecedores?id_municipio, gerando relatórios das empresas sediadas nos municípios do estado de Rondônia.

Com a finalidade de evidenciar o percentual de participação das MPEs de Rondônia e também o sucesso destas nos certames, foi baixado no sistema de Compras do Governo Federal, os relatórios de resultado por fornecedor dos pregões pertinentes.

Os dados das MPEs registradas na RFB foram obtidos através do acesso a base oficial da Receita: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/cadastro-nacional-da-pessoa-juridica---cnpj> -> Recursos, onde foi baixado os bancos de dados "empresas" e "estabelecimentos" de 0 a 9 e processado os dados no software "DB browser" para filtrar UF: RO e porte da empresa: 1 (micro) e 3 (pequena) conforme manual: <https://www.gov.br/receitafederal/dados/cnpj-metadados.pdf>.

Utilizando o editor do Power Query no Excel foram mesclados os dados da API e da RFB com os dados das empresas participantes.

Com a finalidade de evidenciar o percentual de participação das MPEs de Rondônia e também o sucesso destas nos certames, foi baixado no sistema de Compras do Governo Federal, os relatórios de resultado por fornecedor dos pregões pertinentes.

Foi consultado o portal Gov.br, Empresas & Negócios, a página Painéis do Mapa de Empresas, para se obter uma visão geral com dados de registros de empresas, foram aplicados os filtros região Norte, UF: RO e consideradas todas as naturezas jurídicas, as informações foram atualizadas em 06 de novembro de 2024.

Com os dados obtidos através da pesquisa documental, construiu-se três bases de dados para se chegar aos resultados: 1 - MPEs participantes dos pregões compartilhados do IFRO; 2 - MPEs de Rondônia com cadastro no SICAF; 3 - MPEs do estado de Rondônia registradas na Receita Federal do Brasil.

III. Resultados

Para uma melhor visualização dos processos licitatórios pertinentes a essa pesquisa, listou-se os pregões eletrônicos compartilhados, realizados pelo IFRO nos anos de 2021 a 2023, que foram homologados (Tabela 1).

Tabela 1 – Relação dos pregões eletrônicos compartilhados realizados pelo IFRO.

Objeto Resumido	Valor Global da Ata 2021	Valor Global da Ata 2022	Valor Global da Ata 2023
Aquisição de Água Mineral e Gás GLP	R\$ 378.567,79	R\$ 125.288,00	R\$ 234.766,94
Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado e Outros	R\$ 1.296.447,37	R\$ 4.051.412,74	R\$ 2.732.129,27
Aquisição de Conjuntos de Motor Bombas D'Água e Painéis de Controle Elétrico	R\$ 145.374,49	R\$ 26.207,98	R\$ 83.060,56
Aquisição de EPI/EPC, Produtos de Limpeza, Higienização e Acondicionamento	R\$ 385.849,00	R\$ 335.705,29	R\$ 470.251,90
Aquisição de Fertilizantes e Defensivos Agrícolas	R\$ 353.094,75	-	-
Aquisição de Filtros, Bebedouros e Elementos Filtrantes	R\$ 115.999,09	R\$ 265.402,23	R\$ 132.057,80
Aquisição de Instrumentos Musicais	R\$ 1.437.379,20	-	-
Aquisição de Insumos para Combate ao COVID19	R\$ 1.283.563,34	-	-
Aquisição de Kit de Mídia para Produção de Materiais de Ensino	R\$ 622.006,32	R\$ 125.101,00	-
Aquisição de Madeiras de Uso Agropecuário e Outros	R\$ 118.340,00	R\$ 139.630,00	-
Aquisição de Máquinas e Equipamentos Diversos	R\$ 1.430.749,15	-	-
Aquisição de Materiais de Acessibilidade	R\$ 36.289,90	-	-

Análise Da Participação De Micro E Pequenas Empresas Regionais Em Pregões Compartilhados.....

Aquisição de Materiais de Acondicionamento e Embalagens	-	-	R\$ 269.968,25
Aquisição de Materiais de Copa e Cozinha	R\$ 117.437,47	R\$ 143.651,21	R\$ 231.948,36
Aquisição de Materiais de Expediente	R\$ 1.009.003,67	R\$ 1.908.406,45	R\$ 2.839.699,70
Aquisição de Materiais Esportivos	-	-	R\$ 890.129,92
Aquisição de Materiais para a Sala de Professores	-	R\$ 230.193,78	-
Aquisição de Materiais para Eventos e Artes	R\$ 115.045,40	R\$ 147.129,26	R\$ 139.487,25
Aquisição de Material Bibliográfico	R\$ 534.390,22	R\$ 1.147.875,00	R\$ 858.990,40
Aquisição de Material de Construção	R\$ 2.184.778,27	R\$ 440.007,44	R\$ 1.227.966,24
Aquisição de Material de Construção para Manutenção Predial (com Instalação), de Mobiliário e Contratação de Serviço de Mecanização	-	R\$ 2.442.540,02	R\$ 511.987,74
Aquisição de Material de Divulgação Institucional	R\$ 564.591,72	R\$ 423.604,27	R\$ 783.365,08
Aquisição de Material de Manutenção e Sinalização Predial com Instalação	R\$ 829.969,58	-	-
Aquisição de Material Gráfico	R\$ 1.513.895,85	R\$ 3.035.591,37	R\$ 562.991,87
Aquisição de Medicamentos, Instrumentos e Equipamentos Veterinários	R\$ 119.429,55	R\$ 859.154,34	R\$ 4.390.641,89
Aquisição de Medicamentos, Materiais Farmacológicos, Insumos Médicos e Hospitalares	R\$ 132.026,58	-	R\$ 67.487,78
Aquisição de Mobiliário Sob Medida	-	-	R\$ 11.204.900,00
Aquisição de Peças e Recargas para Extintores e Outros Gases	R\$ 194.329,00	R\$ 1.035.442,47	R\$ 473.065,72
Aquisição de Produtos Agropecuários	R\$ 1.732.849,80	R\$ 2.102.278,66	R\$ 2.439.852,90
Aquisição de Produtos Alimentícios	R\$ 3.345.610,30	R\$ 3.537.256,37	R\$ 2.770.840,30
Aquisição de Reagentes e Materiais de Laboratório	R\$ 1.000.449,10	R\$ 671.408,20	-
Aquisição de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	R\$ 25.502.331,39	R\$ 952.509,87	R\$ 525.149,53
Aquisição de Uniformes	-	R\$ 3.147.530,79	-
Aquisição de Usinas Fotovoltaicas	-	R\$ 6.565.800,00	-
Contratação de Serviço de Acesso, via web, às coleções completas das Normas Técnicas Brasileiras (NBR's) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e das Normas Técnicas da Associação Mercosul de Normalização (AMN)	R\$ 17.208,96	R\$ 5.599,00	-
Contratação de Serviço de Apoio Administrativo e Manutenção	R\$ 9.807.732,52	-	-
Contratação de Serviço de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais	R\$ 3.689.166,48	-	R\$ 3.200.001,36
Contratação de Serviço de Coleta, Transporte, Transbordo, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos	R\$ 340.949,16	-	-
Contratação de Serviço de Dedetização	R\$ 74.392,66	R\$ 427.544,14	-
Contratação de Serviço de Esgotamento de Fossas Sépticas	R\$ 96.529,00	R\$ 44.955,90	-
Contratação de Serviço de Gerenciamento de Frota	-	R\$ 774.500,00	-
Contratação de Serviço de Hospedagem e Alimentação	-	R\$ 1.462.259,53	R\$ 1.588.930,90
Contratação de Serviço de Limpeza, Conservação e Higienização	R\$ 70.973,07	-	R\$ 1.389.547,92
Contratação de Serviço de Link de Internet	-	R\$ 850.881,00	-
Contratação de Serviço de Mecanização e Transporte de Carga	R\$ 59.215,00	-	-
Contratação de Serviços de Outdoor e Busdoor	R\$ 231.248,86	-	R\$ 253.078,60
Contratação de Serviço de Vigilância	R\$ 8.972.218,80	-	-
Contratação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada	-	-	R\$ 122.313,41
Contratação de Serviço para Solenidades e Eventos	-	R\$ 1.046.634,58	-

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pela autora em 10/11/2024.

Cabe aqui mencionar que todos os anos, o IFRO lança editais de pregões compartilhados, editais que visam a contratação de serviços ocorrem com menor frequência considerando que as empresas contempladas em editais anteriores podem prorrogar seu serviço em até 5 anos. Além disso, não são todos os anos que são

necessários para a aquisição de certos materiais, como por exemplo, equipamentos musicais, móveis sob medida, uniformes.

Importante apontar também, a existência do item de aquisição de insumos para combate ao COVID-19 no ano de 2021. Considerando que, o Brasil se encontrava historicamente em estado de pandemia, com inúmeros casos da doença. A partir de 2022, com a normalização do contágio, não foi mais necessária a abertura de novos editais para a compras destes insumos.

A partir do tratamento dos dados obtidos nos relatórios, foram encontradas 1.301 empresas participantes de pregões compartilhados do IFRO, sendo que destas, 69 não são MPEs.

A partir dos dados primários obtidos na Receita Federal do Brasil – RFB, há registros de 219.038 MPEs no estado de Rondônia em 2020. Da relação de empresas de Rondônia por município, que possuem cadastro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação em licitações eletrônicas federais, foi encontrado 3.763 empresas. Ao final, foram consideradas apenas de Rondônia como participantes.

Da análise do resultado, observou-se que 10 empresas foram criadas após 2020, e, portanto, não constam no banco de dados obtido da Receita Federal do Brasil – RFB, 14 MPEs são do município de Cacoal, que possivelmente fazem parte da lista que não havia sido possível baixar da API de Compras, e outras empresas dos municípios de Porto Velho, Ji-Paraná e Guajará-Mirim, que podem ser fruto de alguma anomalia no relatório da API, pois as empresas possuem cadastro no SICAF e sendo assim, deveriam constar do relatório.

Do total de 206 participantes, 133 MPEs (54,56%) se sagraram vencedoras em algum certame. A análise quantitativa da participação das MPEs pode ser observada na Tabela 2.

Tabela 2 – Mapeamento de participação das MPEs de Rondônia quantitativo.

Ano	Total MPEs Participantes	MPEs Participantes de RO	MPEs Participantes de RO %	MPEs vencedoras de RO	MPEs vencedoras de RO %
2021	566	92	16,25%	55	9,18%
2022	470	88	18,72%	68	14,47%
2023	580	88	15,17%	66	11,38 %

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pela autora em 10/11/2024.

A partir dos relatórios de resultado por fornecedor, também foi possível realizar a análise relativa a valores quanto a participação das MPEs de Rondônia, conforme tabela 3. Utilizou-se o valor global da ata, a soma dos valores que as MPEs regionais foram vencedoras e o cálculo do percentual participativo.

Tabela 3 – Mapeamento de participação das MPEs de Rondônia quanto ao valor.

Ano	Valor Global das Atas	Valor MPEs vencedoras de RO	Percentual do valor MPEs vencedoras de RO %
2021	R\$ 69.859.432,81	R\$ 9.153.767,48	13,10%
2022	R\$ 38.471.500,89	R\$ 18.233.782,13	47,40%
2023	R\$ 40.394.611,59	R\$ 9.491.003,07	23,50%
Total	R\$ 148.725.545,29	R\$ 36.878.552,68	24,80%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pela autora em 10/11/2024.

No ano de 2022 o IFRO realizou a aquisição de usinas fotovoltaicas e a vencedora foi uma EPP sediada no estado de Rondônia. O valor da aquisição foi de R\$ R\$ 6.565.800,00 e por isso esse percentual participativo maior.

Os maiores valores homologados para MPEs locais são de aquisição de produtos alimentícios perecíveis ou in natura e serviço de hospedagem e alimentação que são prestados regionalmente.

De acordo com a tabela 4, pode-se observar que as maiores participações acontecem quando se trata de objetos que empresas de outros estados teriam mais custo para fornecer ou até mesmo seria inviável, devido a distância, o que é o caso de fornecimento de água e gás GLP, instalação de usinas fotovoltaicas, aquisição de material de construção para manutenção predial (com instalação), de mobiliário e contratação de serviço de mecanização, produtos alimentícios in natura e perecíveis (pois quando se trata de alimentos não perecíveis, o sucesso é maior para MPEs de fora do estado), material de manutenção e sinalização predial com instalação, aquisição de bebedouros (pois a aquisição é realizada com o serviço de instalação), material de construção, material de EPI/EPC, produtos de limpeza e higienização, peças e recargas para extintores e produtos agropecuários. Na parte dos serviços, cabe ressaltar os de contratação de link de internet, esgotamento de fossas sépticas, coleta e disposição final de resíduos sólidos, de mecanização e transporte de carga, serviço de outdoor e busdoor, hospedagem e alimentação, dedetização e contratação de serviços de mão de obra para limpeza e conservação.

Tabela 4 – Objetos com participação média de aproximadamente 50% de MPEs de Rondônia entre 2021 e 2023 (considerando na média apenas as licitações que foram realizadas).

Objeto Resumido	Part. MPEs de RO % 2021	Part. MPEs de RO % 2022	Part. MPEs de RO % 2023	Média de part. MPEs de RO %
Aquisição de Água Mineral e Gás GLP	100%	100%	100%	100,00%
Aquisição de Usinas Fotovoltaicas	Não realizado	100%	Não realizado	100,00%
Aquisição de Material de Construção para Manutenção Predial (com Instalação), de Mobiliário e Contratação de Serviço de Mecanização	Não realizado	61,24%	100%	80,62%
Aquisição de Produtos Alimentícios	97,86%	35,97%	86,12%	73,32%
Aquisição de Material de Manutenção e Sinalização Predial com Instalação	73,20%	Não realizado	Não realizado	73,20%
Aquisição de Filtros, Bebedouros e Elementos Filtrantes	92,89%	68,62%	27,54%	63,02%
Aquisição de Material de Construção	39,21%	60,57%	53,46%	51,08%
Aquisição de EPI/EPC, Produtos de Limpeza, Higienização e Acondicionamento	47,33%	59,97%	40,74%	49,35%
Aquisição de Peças e Recargas para Extintores e Outros Gases	29,68%	26,69%	88,53%	48,30%
Aquisição de Produtos Agropecuários	29,66%	59,68%	50,56%	46,63%
Contratação de Serviço de <i>Link de Internet</i>	Não realizado	74,98%	Não realizado	74,98%
Contratação de Serviço de Esgotamento de Fossas Sépticas	100%	100%	Não realizado	100,00%
Contratação de Serviço de Mecanização e Transporte de Carga	100%	Não realizado	Não realizado	100,00%
Contratação de Serviço de <i>Outdoor e Busdoor</i>	100%	Não realizado	100%	100,00%
Contratação de Serviço de Hospedagem e Alimentação	Não realizado	100%	100%	100,00%
Contratação de Serviço de Coleta, Transporte, Transbordo, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos	100%	Não realizado	Não realizado	100,00%
Contratação de Serviço de Dedetização	76,38%	91,15%	Não realizado	83,77%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pela autora em 10/11/2024.

Para a prestação de serviços de dedetização, mesmo o serviço tendo que ser prestado *in loco*, ainda assim há empresas de fora do estado que constam como vencedoras e isso muitas vezes interfere na agilidade do serviço prestado, pois geralmente essas empresas fazem subcontratação de empresas locais.

Apesar da relevância do comércio e produção agropecuária na região, nos resultados dos pregões realizados para aquisição de insumos agropecuários, o sucesso apresentado pelas MPEs regionais responde por uma média de 46,63%.

Cabe aqui mencionar que 2021, o estado ainda estava passando por reestruturação pós-pandemia, considerando o fato de que as viagens institucionais foram reduzidas em razão da pandemia do COVID-19, não houve a necessidade de abertura de pregões compartilhados para serviços de hospedagem e alimentação, sendo assim, as MPEs regionais deixaram de ter lucro com as contratações do IFRO.

Vale citar que a abertura de licitações e pregões compartilhados de serviços de qualquer natureza geralmente não são realizados com frequência anual, pois os contratos podem ser renovados e assim as empresas contratadas podiam atuar por até cinco anos na instituição pública de acordo com a Lei 8.666/98 e por até dez anos, e a partir de 2022, em contratações realizadas de acordo com a Nova Lei de Licitações.

A pesquisa detectou que para vários objetos, apesar de existir MPEs do ramo que atuam no estado, o sucesso na participação é nulo ou irrisório, conforme destaca a tabela 5. Cabe aqui destacar que os insumos para combate ao COVID-19 foram solicitados somente em 2021, considerando o momento histórico, após a pandemia diversos insumos são utilizados com menor necessidade, automaticamente, são realizados menos pregões de compra compartilhada.

Conforme mencionado anteriormente, diversos produtos são adquiridos em sua maioria em empresas externas à Rondônia, os quais no período de estudo não foram contempladas MPEs rondonienses, como por exemplo, aquisição de fertilizantes e defensivos agrícolas, instrumentos musicais, kit de mídia para produção de materiais de ensino, aquisição de materiais de acessibilidade, mobiliário sob medida, material bibliográfico, reagentes e materiais de laboratório.

Entre as contratações de serviço, cabe destacar que não houve sucesso entre as MPEs regionais na contratação de serviço de acesso, via web, às coleções completas das Normas Técnicas Brasileiras (NBR's) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e das Normas Técnicas da Associação Mercosul de

Normalização (AMN), contratação de serviço de telefonia fixa comutada, serviço de apoio administrativo e manutenção, serviço de atendimento a pessoas com necessidades especiais, serviço de vigilância, contratação de serviço de gerenciamento de frota e de telefonia fixa comutada.

Tabela 5 – Objetos com baixa participação (abaixo de 40%) de MPEs de Rondônia.

Objeto Resumido	Part. MPEs de RO % 2021	Part. MPEs de RO % 2022	Part. MPEs de RO % 2023	Média de part. MPEs de RO %
Aquisição de Máquinas e Equipamentos Diversos	38,65%	Não realizado	Não realizado	38,65%
Aquisição de Madeiras de Uso Agropecuário e Outros	75,66%	0%	Não realizado	37,83%
Aquisição de Insumos para Combate ao COVID19	37,39%	Não realizado	Não realizado	37,39%
Aquisição de Materiais para a Sala de Professores	Não realizado	33,72%	Não realizado	33,72%
Aquisição de Materiais para Eventos e Artes	25,98%	12,10%	60,44%	32,84%
Aquisição de Materiais de Expediente	22,62%	32,53%	12,01%	22,39%
Aquisição de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	2,37%	22,31%	32,37%	19,02%
Aquisição de Material Gráfico	21,17%	11,56%	19,40%	17,38%
Aquisição de Material de Divulgação Institucional	6,95%	14,99%	22,07%	14,67%
Aquisição de Materiais de Copa e Cozinha	0%	6,08%	10,38%	5,49%
Aquisição de Uniformes	Não realizado	5,22%	Não realizado	5,22%
Aquisição de Materiais de Acondicionamento e Embalagens	Não realizado	Não realizado	4,37%	4,37%
Aquisição de Medicamentos, Instrumentos e Equipamentos Veterinários	6,70%	0%	5,72%	4,14%
Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado e Outros	1,38%	6,51%	3%	3,63%
Aquisição de Medicamentos, Materiais Farmacológicos, Insumos Médicos e Hospitalares	6,07%	Não realizado	0%	3,04%
Aquisição de Conjuntos de Motor Bombas D'Água e Painéis de Controle Elétrico	8,02%	0%	0%	2,67%
Aquisição de Materiais Esportivos	Não realizado	Não realizado	0,98%	0,98%
Aquisição de Fertilizantes e Defensivos Agrícolas	0%	Não realizado	Não realizado	0,00%
Aquisição de Instrumentos Musicais	0%	Não realizado	Não realizado	0,00%
Aquisição de Kit de Mídia para Produção de Materiais de Ensino	0%	0%	Não realizado	0,00%
Aquisição de Materiais de Acessibilidade	0%	Não realizado	Não realizado	0,00%
Aquisição de Material Bibliográfico	0%	0%	0%	0,00%
Aquisição de Mobiliário Sob Medida	Não realizado	Não realizado	0%	0,00%
Aquisição de Reagentes e Materiais de Laboratório	0%	0%	Não realizado	0,00%
Contratação de Serviço para Solenidades e Eventos	Não realizado	37,85%	Não realizado	37,85%
Contratação de Serviço de Limpeza, Conservação e Higienização	0%	Não realizado	52,07%	26,04%
Contratação de Serviço de Acesso, via web, às coleções completas das Normas Técnicas Brasileiras (NBR's) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e das Normas Técnicas da Associação Mercosul de Normalização (AMN)	0%	0%	Não realizado	0,00%
Contratação de Serviço de Apoio Administrativo e Manutenção	0%	Não realizado	Não realizado	0,00%
Contratação de Serviço de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais	0%	Não realizado	0%	0,00%
Contratação de Serviço de Vigilância	0%	Não realizado	Não realizado	0,00%
Contratação de Serviço de Gerenciamento de Frota	Não realizado	0%	Não realizado	0,00%
Contratação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada	Não realizado	Não realizado	0%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pelo autor em 2024.

Aqui cabe destacar principalmente as licitações realizadas pra contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO), pois há a participação das empresas regionais nos certames, porém

praticamente sem sucesso. O que pode sugerir que essas empresas são menos competitivas que empresas de outros estados, considerando que o fator localização é um importante diferencial competitivo, pois durante a prestação do serviço a empresa deve manter uma estrutura mínima local e isso é observado no momento da composição dos custos e da apresentação das propostas de preço. Assim sendo, o IFRO acaba contratando empresas que subcontratam pessoas aqui no estado para a prestação de serviços, cumprindo com a geração de empregos, mas não com o desenvolvimento das MPEs regionais.

IV. Discussão

O objetivo do presente estudo foi analisar a participação das MPEs regionais nos certames licitatórios do IFRO, especificamente os pregões compartilhados, homologados no período de 2021 a 2023. Para tanto, foi verificado o universo das MPEs participantes e homologadas nos pregões eletrônicos, durante o período. Foi recortado deste universo, as MPEs localizadas no estado de Rondônia, denominadas neste estudo como MPEs regionais.

Primeiramente, então, buscou-se demonstrar a baixa participação das MPE nos pregões eletrônicos compartilhados do IFRO, com o intuito de validar a suposição estabelecida no problema de pesquisa. Os dados obtidos da pesquisa documental, mostraram que, quando se trata da relação entre números de MPEs participantes, a atuação de MPEs regionais nos pregões eletrônicos promovidos pela instituição em estudo ainda se mostra tímida, alcançando uma média de 15,17% de representatividade.

Diante da quantidade de empresas registradas na base nacional CNPJ, no segundo quadrimestre de 2024, um total de 21.095.654 empresas ativas, abrangendo matrizes, filiais e microempreendedores individuais, e destacando que 93,4% dessas empresas são MPEs, pode-se depreender que, a participação destas em licitações do IFRO é bem limitada.

Ao analisar a participação das MPEs regionais nos pregões compartilhados do IFRO, observou-se que para 2021, a taxa de sucesso destas, foi de 13,10%, havendo um aumento significativo para 2022, indo para 47,40% e uma regressão em 2023, sendo um total de 23,50%. Cabe destacar que essa taxa de sucesso se deve a objetos que devido a suas especificidades não apresentam vantagens para fornecedores de fora.

O estudo realizado por Cabral et al (2015), revelou que na Bahia também foi encontrado que o fato do fornecedor ser local não aumenta a chance de vencer o pregão, e que a falta de competências das pequenas empresas está frequentemente associada a seu desempenho insatisfatório em certames licitatórios. Os autores concluíram que "o conjunto de competências presentes nas pequenas firmas pode influenciar seu acesso e as chances de sucesso em compras públicas" (Cabral et al, 2015).

Nem sempre as MPEs encontram-se aptas e motivadas a concorrer nos certames públicos, o que as retira da participação, sendo que na Europa as principais barreiras para a participação das MPEs são a documentação onerosa e os custos envolvidos na preparação de ofertas e a especificação de normas (Chaves et al, 2019).

Quanto ao desempenho das MPEs de Rondônia, chegou-se a um percentual de 54,56% de sucesso, quando comparado o quantitativo de participantes e de vencedoras do estado. Já quando se trata de valor, a taxa média de sucesso para os três anos analisados, é de 24,80%, ou seja, de R\$ 148.725.545,29 em valor total de atas homologadas, apenas R\$ 36.878.552,68 foi homologado para MPEs regionais.

Todavia, foi percebido que o sucesso das MPEs regionais se dá em alguns objetos específicos, principalmente aqueles que pela distância se torna inviável ou desinteressante o fornecimento destes por MPEs de fora do estado. Outra percepção foi a de que para alguns objetos, apesar de haver MPEs regionais que comercializam os itens licitados e que até mesmo no setor privado se destacam no fornecimento, o que é o caso de insumos agropecuários, essas empresas não participam das licitações do IFRO.

Conforme o entendimento de Chaves (2019), "as prerrogativas legais concedidas às MPE nas contratações públicas são tentativas de desequilíbrio provocado pelo poder público com a finalidade de melhorar a situação socioeconômica a nível regional, com conseqüente desenvolvimento nacional".

Chapuis e Gomes (2020), na pesquisa sobre o acesso dos pequenos empreendedores locais às compras públicas: um estudo no IFRO, identificou em primeiro que, nos diagnósticos realizados o baixo potencial de ME/EPP rondoniense aptas para participar de licitações. Em análise aos registros de empresas cadastradas no SICAF, constatou que apenas 5% são optantes pelo Simples Nacional continuam regularidade cadastral. O que justificou a não regularização para o acesso e participação de licitações foram os interesses dos fornecedores em submissão às normas burocráticas para participar de contratos com o governo e a falta de oportunidade oferecidas por esta modalidade no mercado (publicização e conscientização acerca dos benefícios).

Neste mesmo sentido (Chaves et al, 2019): "É preciso avançar muito na discussão acerca da utilização do poder de compra do Estado como potencial indutor de desenvolvimento regional. A reflexão que se propõe é se a licitação pública é a ferramenta mais adequada para se alcançar esse objetivo".

Em 2017 (Chapuis e Gomes, 2020), foram identificadas 475 empresas participantes nas licitações do IFRO, sendo ME (56%), EPP (42%) e outras (2%). Nestes certames, apenas 21% das empresas participantes foram de Rondônia. Outra constatação obtida é que considerando a totalidade de empresas do estado, apenas

0,13% estão cadastradas no SICAF (quesito obrigatório para participações em pregão eletrônico), há uma melhora nesse número se o foco for a microrregião de Porto Velho e Ji-Paraná, onde estão concentrados os dois maiores contingentes de empresas do estado, tendo mesmo assim, somente 2,46% cadastradas no SICAF, o que demonstra a disponibilidade de um vasto campo de atuação para ações que visem ampliar a participação de fornecedores locais nas compras da instituição.

V. Conclusão

A partir do exposto, neste estudo, foi observado que existe uma grande quantidade de MPEs no Brasil e em Rondônia e que estas continuam crescendo de forma exponencial, mas da mesma forma que há o desenvolvimento acelerado, existe também o fechamento de muitas dessas empresas. Apesar do desenvolvimento do estado, Rondônia está entre os cinco estados com o menor percentual de empresas abertas no segundo quadrimestre de 2024.

Além disso, foi constatado que em alguns ramos de mercado há a presença das MPEs rondonienses participando com frequência nos pregões compartilhados, inclusive sangrando-se vencedoras, e em outros ramos há inexistência da participação das MPEs regionais. Ainda se faz necessário compreender as motivações para a não participação destas MPEs em determinados produtos e serviços, para incentivar a participação nos certames do IFRO, contribuindo assim com o sucesso das licitações da instituição, bem como também com o desenvolvimento regional.

Porém, conforme os resultados desta pesquisa, apenas as prerrogativas legais não parecem estar sendo o suficiente para alavancar a participação e o sucesso das MPEs regionais, considerando a taxa média de sucesso. Conclui-se, portanto, que para a proposição da utilização das compras públicas como instrumento de políticas públicas, ainda há um longo caminho a seguir, não cabendo apenas um estabelecimento jurídico. Pressupõe-se então que, buscando um contato mais direto com essas empresas, será possível incentivar a participação delas nas licitações da instituição.

Sob a ótica da administração pública e desta pesquisadora, foi trazido à discussão algumas lacunas a serem preenchidas por parte do sistema de compras utilizado para pregões do Governo Federal, tendo em vista a dificuldade percebida na aplicação do benefício específico destinado às MPEs locais e regionais (prioridade de contratação até o limite de dez por cento do melhor preço válido), nas rotinas de compras dos órgãos públicos, especialmente da instituição em análise, pois o referido benefício não é aplicado automaticamente pelo sistema.

Este trabalho traz como limitação da pesquisa, além da análise de uma única organização da administração pública federal, dentro de uma localidade específica, o fato de as análises terem sido realizadas sem consultas diretas às MPEs regionais.

Como sugestão para pesquisas futuras, propõe-se a análise das possíveis causas da baixa participação de fornecedores locais nos certames do IFRO através da aplicação de questionários e/ou a realização de entrevistas com representantes de MPEs situadas no estado, com o objetivo de identificar os desafios enfrentados por essas empresas nos processos licitatórios promovidos pela instituição.

Referências

- [1]. Alencastro, M. A. C.; Silva, E. V. Da; Lopes, A. M.D'á. Contratações Sustentáveis Na Administração Pública Brasileira: A Experiência Do Poder Executivo Federal. Revista De Administração Pública, Rio De Janeiro, V. 48, N. 1, Fev. 2014.
- [2]. Almeida, E. M. Desenvolvimento Local: Análise Das Contribuições Das Micro E Pequenas Empresas De Porto Velho-Ro. 2017. Dissertação. Programa De Pós-Graduação Mestrado Em Administração (Ppgmad). Fundação Universidade Federal De Rondônia. Porto Velho, Rondônia. 2017.
- [3]. Brasil. Ipea. Programas Visam Inserir Micro E Pequenas Empresas Nas Compras Governamentais. Disponível Em: https://www.ipea.gov.br/portal/mestrado-profissional-em-politicas-publicas-e-desenvolvimentodesafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2519:catid=28&itemid=23. Acesso Em 21 Mar. 2024.
- [4]. Cabral, S.; Reis, R. C.; Sampaio, A. H. Determinantes Da Participação E Sucesso Das Micro E Pequenas Empresas Em Compras Públicas: Uma Análise Empírica. R. Adm., São Paulo, V.50, N.4, P.477-491, Out./Nov./Dez. 2015.
- [5]. Cavalcante, F. R. C.; Alves, E. A. O Índice De Capital Social Empresarial (Icse) Na Área De Livre Comércio De Guajará-Mirim, Rondônia: Uma Análise A Partir Da Teoria Do Desenvolvimento Endógeno. Revista De Administração E Negócios Da Amazônia, V. 4, N. 2, P. 89-107, 2012.
- [6]. Chapuis, G. A. L.; Gomes, A. C. C. O Acesso Dos Pequenos Empreendedores Locais Às Compras Públicas: Um Estudo No Ifro. Revista De Administração De Roraima, Roraima, V. 10, 2020. Disponível Em: <https://revista.ufr.br/adminrr/article/view/5643>. Acesso Em 22 Fev. 2023.
- [7]. Chaves, F. R. D.; Bertassi, A. L.; Silva, G. M. Compras Públicas E Desenvolvimento Local: Micro E Pequenas Empresas Locais Nas Licitações De Uma Universidade Pública Mineira. Revista De Empreendedorismo E Gestão De Pequenas Empresas, Vol. 8, Núm. 1, Pp. 77-101, 2019. Disponível Em: <https://www.redalyc.org/journal/5615/561566628004/html/>. Acesso Em 21 Fev. 2023.
- [8]. Costa, C. S. M.; Terra, A. C. P. Compras Públicas: Para Além Da Economicidade. Brasília: Enap, 2019. Isbn: 978-85-256-0103-2. Disponível Em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4277/1/1_Livro_Compras%20p%20C3%Bablicas%20para%20a%20C3%A9m%20da%20economicidade.pdf. Acesso Em 18 Abr. 2022.
- [9]. Creswell, J. W.; Clark, V. L. P. Pesquisa De Métodos Mistos. 2. Ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

- [10]. Freund, J. E. Estatística Aplicada: Economia, Administração E Contabilidade. 11. Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2007. Isbn 978-85-7780-063-6.
- [11]. Soares, A. H. S. Como Implantar A Prioridade De Compras A Fornecedores Locais E Regionais? Inove, 2021. Disponível Em: <https://inovecapitacao.com.br/como-implantar-a-prioridade-de-compras-a-fornecedores-locais-e-regionais/>. Acesso Em 18 Set. 2024.
- [12]. Zago, M. F. Poder De Compra Estatal Como Instrumento De Políticas Públicas. Brasília: Enap, 2018. Isbn: 978-85-256-0102-5. Disponível Em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4347>. Acesso Em 21 Set. 2023.